CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS PRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS PELA REFORMA AGRÁRIA EM PONTÃO/RS

PRODUCTIVE SOCIO-ECONOMIC CHARACTERISTICS FAMILIES SETTLED BY AGRARIAN REFORM IN PONTÃO/RS

Autor(es): Ulisses Pereira de Mello[1], Maria Salete Campigotto[2], Sergio Schneider[3], Zenicléia Angelita Deggerone[4]

Filiação: Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Coordenadora do Instituto Educar[2], Docente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre[3], Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) – Unidade Universitária de Erechim[4]

E-mail: ulisses.mello@uffs.edu.br[1], saletecampigottom@yahoo.com.br[2], schneide@ufrgs.br[3], zenicleia-deggerone@uergs.edu.br[4]

Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero

Resumo
O presente estudo este estudo tem por objetivo geral apresentar o perfil socioeconômico dos(as) agricultores(as) familiares pertencentes a Área 9 do assentantamento Nossa Senhora de Aparecida, localizado no muncípio de Pontão/RS. A fim de atingir os objetivos propostos, a metodologia utilizada classifica-se como um estudo exploratório-descritivo, de natureza qualiquantitativa, sendo que os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa participante e a aplicação de questionários junto as famílias de agricultores(as) familiares. Dentre os resultados identificados, verificou-se que as famílias ainda não possuem o título definitivo da terra e os(as) agricultores(as) apresentam baixa escolaridade. E entre as estratégias de adaptação e resiliência, às famílias tem desenvolvido atividades pluriativas, além da produção e comercialização de hortaliças, soja e leite. Por fim, considera-se que as estratégias adotadas pelas famílias refletem não apenas a busca pela sobrevivência econômica, mas também a valorização da terra, do trabalho e da família como elementos essenciais para sua reprodução social.

Palavras-chave: Mercados. Famílias Assentadas. Resiliência.

Abstract
The general objective of this study is to present the socio-economic profile of family farmers belonging to Area 9 of the Nossa Senhora de Aparecida settlement, located in the municipality of Pontão/RS. In order to achieve the proposed objectives, the methodology used is classified as an exploratory-descriptive study, of a qualitative-quantitative nature, and the data was collected through bibliographical research, participant research and the application of questionnaires with the families of family farmers. Among the results identified, it was found that the families still don't have a definitive land title and the farmers have little schooling. And among the adaptation and resilience strategies, the families have developed pluriactive activities, in addition to producing and selling vegetables, soya and milk. Finally, we believe that the strategies adopted by the families reflect not only the search for economic survival, but also the appreciation of land, work and family as essential elements for their social reproduction.

Key words*: Markets. Settler families. Resilience.*

1. Introdução

A reforma agrária é uma questão de relevância inegável no contexto brasileiro representando não apenas um mecanismo de distribuição de terras, mas também uma ferramenta essencial para a promoção da justiça social, da igualdade e de desenvolvimento

(LEITE, ÁVILA, 2008; MEDEIROS, LEITE, 2009). Dentro desse contexto, a antiga Fazenda Annoni, atual assentamento Nossa Senhora Aparecida no município de Pontão/RS, desponta como um emblemático exemplo das transformações e desafios enfrentados pelas famílias de agricultores familiares após a implementação dessa política pública (DICKEL, 2017; BONAVIGO, BAVARESCO, 2008).

Para Figueiredo e Da Silva (2020) a implementação dessa política setorial é de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a qual tem permitido o acesso à terra a centenas de trabalhadores rurais sem-terra, via a obtenção de terras, criando um campo de reprodução econômico e social, por meio da criação e implantação e desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, este órgão público deveria cuidar da execução de ações estruturantes, como o apoio a financiamentos, a assistência técnica, a infraestrutura básica, ao fomento a agroindústria, a comercialização dos produtos produzidos pelos assentados, ou seja, fomenta as atividades que possam favorecer a sustentabilidade das unidades produtivas.

Entretanto, os assentamentos rurais representam espaços repletos de histórias através dos quais é possível observar diversas territorialidades, em que muitas famílias vêm de um histórico de luta e adequação para se manter na terra. Avalia-se que o acesso à terra por si só não traz todas as soluções concretas para os agricultores assentados, pois, existem diversos situações que as famílias enfrentam que estão relacionados a permanência na terra e a produção de alimentos.

Devido as inúmeras dificuldades no processo de adaptação aos modos de produção tradicionais, seja pela falta de recursos, ou seja pelo escasso conhecimento técnico, os agricultores assentados tiveram que construir estratégias com base nos recursos disponíveis. Desse modo este estudo tem por questões orientadoras identificar: Que atividades produtivas as famílias assentadas desenvolvem nesta área do assentamento? Qual é o perfil socioeconômico dos(as) agricultores (as) familiares?

Com base nestas questões orientadoras, este estudo tem por objetivo geral apresentar o perfil socioeconômico dos(as) agricultores(as) familiares pertencentes a Área 9 do Assentantamento Nossa Senhora de Aparecida, localizado no muncípio de Pontão/RS. Além disso, busca-se evidenciar as estratégias de reprodução socioeconômicas adotadas pelas famílias assentadas.

Ao compreender melhor o perfil e as estratégias das famílias de agricultores familiares assentadas na Área 9 do assentamento Nossa Senhora de Aparecida, será possível identificar desafios e oportunidades para o fortalecimento desse segmento e para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região. Além disso, os resultados deste estudo poderão contribuir para a formulação de políticas públicas e ações voltadas para o apoio e a promoção das atividades agrícolas familiares, visando melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores e fortalecer a economia rural local.

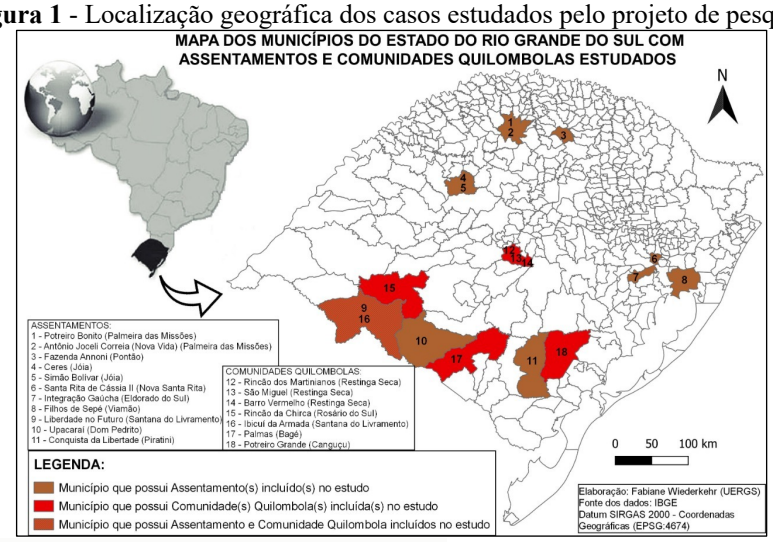
Este trabalho está organizado em cinco seções. Na primeira seção, são expostos os procedimentos utilizados para a elaboração da pesquisa. Na segunda seção, são apresentados alguns dados sobre a configuração dos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul e do assentamento Nossa Senhora Aparecida em Pontão/RS. Na sequência, são descritos os resultados da pesquisa, em que são evidenciadas as condições socioeconômicas e produtivas das famílias assentadas na Área 9 do assentamento. E por fim, na quartão seção são apresentadas as considerações finais e referências utilizadas na elaboração deste estudo.

2. Procedimentos de pesquisa

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa denominado "A Dinâmica dos Mercados Agroalimentares em Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul (2021-2024), financiado pela Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Edital 07/2021). O referido projeto buscou mapear, classificar, descrever e analisar a dinâmica dos mercados agroalimentares e de serviços acessados por comunidades remanescentes de quilombos e agricultores(as) familiares assentados(as) da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul.

O escopo empírico abrangeu agricultores(as) familiares de nove assentamentos no Rio Grande do Sul localizados nos municípios de Viamão, Eldorado Do Sul, Nova Santa Rita, Pontão, Palmeira das Missões, Jóia, Santana do Livramento, Piratini e Dom Pedrito. No caso da população quilombola, buscou-se analisar os mercados acessados pelas comunidades dispostas nos municípios de Santana do Livramento, Bagé, Restinga Seca, Canguçu e Rosário do Sul. A Figura 1, apresenta-se a localização geográfica dos assentamentos e das comunidades quilombolas pesquisadas, sendo que este trabalho coletou e analisou os dados da Área 9 do Assentantamento Nossa Senhora de Aparecida – Fazenda Annoni em Pontão/RS.

Figura 1 - Localização geográfica dos casos estudados pelo projeto de pesquisa



Fonte: Elaborado por Wiederker (2021).

A execução do projeto de pesquisa foi realizada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores(as) que já possuiam vínculos e parcerias preestabelecidas entre cinco Universidades do Rio Grande do Sul, sendo: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de pesquisadores(as) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através do Colégio Politécnico e do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural em Santa Maria e do Campus de Palmeira das Missões; Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), através do Campus de Dom Pedrito, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), através do Campus de Erechim e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), através das Unidades Universitárias de Santana do Livramento e de Erechim.

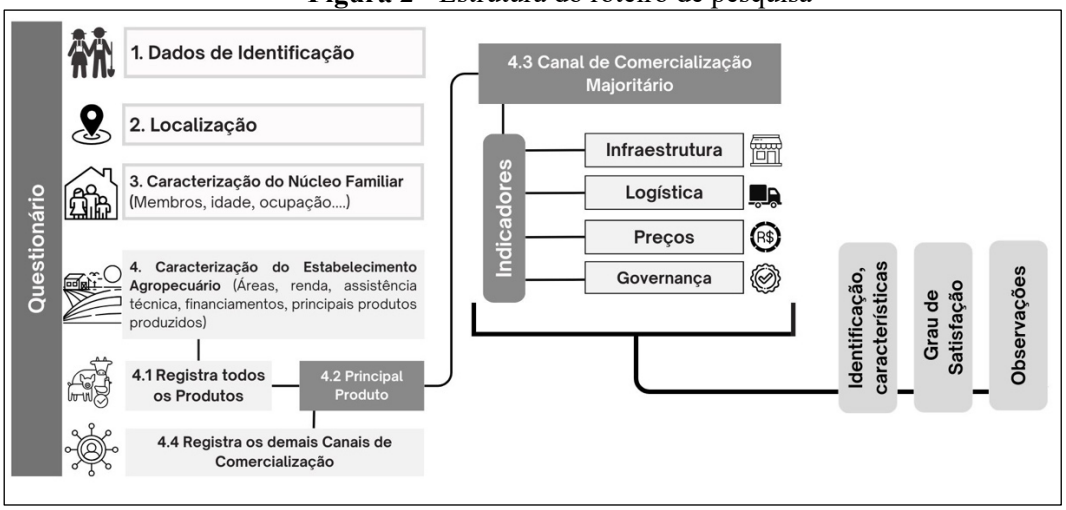
Em termos de pesquisa cientifica, a proposta classifica-se como um estudo exploratório descritivo de natureza qualiquantitativa. As pesquisas exploratórias de acordo com Gil (2019) têm como objetivo de promover uma maior ligação com o problema, com a finalidade de torná-lo mais compreensível. Já o descritivo refere-se à descrição das particularidades de uma determinada população ou fenômeno. Em relação a abordagem qualiquantitativa a mesma

permite a junção das abordagens qualitativas e quantitativas. A primeira é conduzida para se compreender e explicar os fenômenos e a outra para compreender os dados, isto é, voltada para quantificação (GIL, 2019).

Para o levantamento dos dados foram utilizados três tipos de procedimentos técnicos de pesquisa, sendo: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa participante e a pesquisa de campo (levantamento). A pesquisa bibliográfica buscou agrupar informações e dados que ajudaram nas análises e interpretações (GIL, 2019) dos resultados. A pesquisa participante (GIL, 2019) caracteriza-se pela interação entre os pesquisadores e os membros do Assentantamento Nossa Senhora de Aparecida. E por fim, a pesquisa de campo ocorreui por meio de um levantamento (GIL, 2019) que buscou recolher informações de todos os integrantes da Área 9 do Assentamento.

O procedimento utilizado para a coletada das informações foi organizada através da elaboração de um questionário semi-estruturado, que continha questões majoritariamente fechadas que buscavam identificar os dados sobre a identificação dos agricultores familiares, localização, composição do núcleo familiar, características dos estabelecimentos agropecuários, produtos agroalimentares produzidos/comercializados, os canais de comercialização utilizados, a infraestrutura disponível, a logística, assim como informações sobre a formação de preços e os mecanismos de governança, conforme apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Estrutura do roteiro de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O questionário utilizado na pesquisa foi fundamentado na classificação de mercados elaborada por Schneider (2016) que tipifica os mercados agroalimentares em quatro tipos, sendo: mercados de proximidade, mercados territoriais, mercados convencionais e mercados públicos/institucionais, para ofertar seus produtos. Os questionários foram aplicados em 38 estabelecimentos localizados na Àrea 9 do assentantamento Nossa Senhora de Aparecida, entre janeiro e junho de 2023. A seleção das famílias assentadas nesta área foi definida com base em critérios de conveniência (GIL, 2019), haja vista à inserção e conhecimento prévio dos pesquisadores pelas famílias assentadas no local. Após a coleta das informações, os mesmos foram armazenados em um banco de dados que permitiu a sistematização em planilhas do Excel.

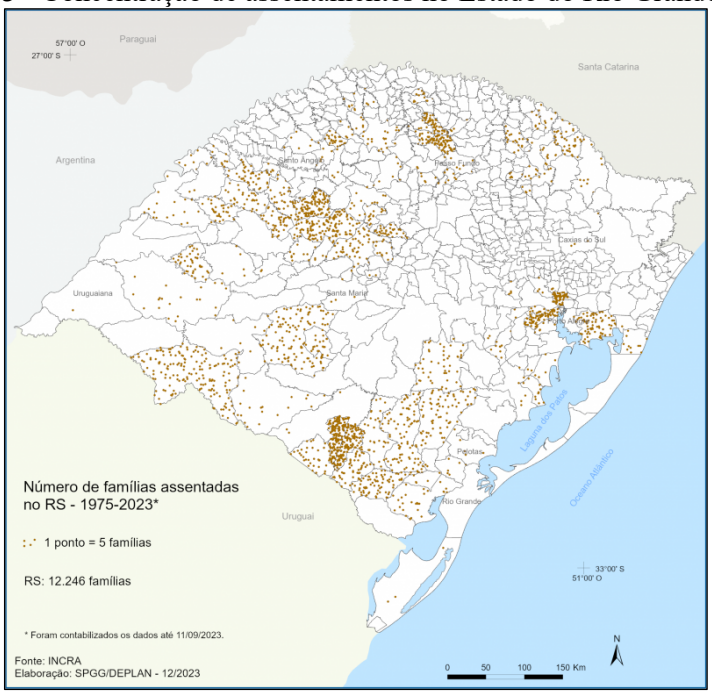
Na apreciação prévia das informações, utilizou-se como procedimento de análise algumas técnicas da estatística descritiva (tabelas, gráficos) para apresentação e representação dos dados apurados pela presente pesquisa.

3. A configuração dos Assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre os anos 1975 e 2023 houve o assentamento de 12.246 famílias nesta unidade federativa brasileira cuja área total alcança 295.420,94, o que grosso modo equivale a 24,2 hectares/família. A Figura 3 revela que existem quatro grandes zonas de adensamento ou concentração de assentamentos. A primeira delas é o Noroeste gaúcho, zona próxima à divisa com Santa Catarina. A segunda delas se distribui pela região centro-ocidental do RS, enquanto a terceira se concentra na fronteira com o Uruguai. A quarta zona corresponde a um universo mais amplo que pertence a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Conforme Lindner, Brustulin e Medeiros (2021), é na última década do século XX que se intensifica o processo de assentamento das famílias no RS. Isso fica claro quando observa-se que 200 dos 343 assentamentos contabilizados no período 1986-2020 (equivalente a 58,3%), surgiram entre os anos 1991 e 2000.

Figura 3 - Concentração de assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Atlas Socioeconômico (FEE, 2024).

A implantação dos assentamentos de acordo com Alves, Silveira e Ferreira (2008) redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores que alteram o espaço. Com a implementação de um assentamento não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra.

De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2024), o que se busca atualmente como objetivo da reforma agrária é a implantação de um modelo de assentamento baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. A intenção é utilizar os instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e buscar o envolvimento de governo estadual e prefeituras.

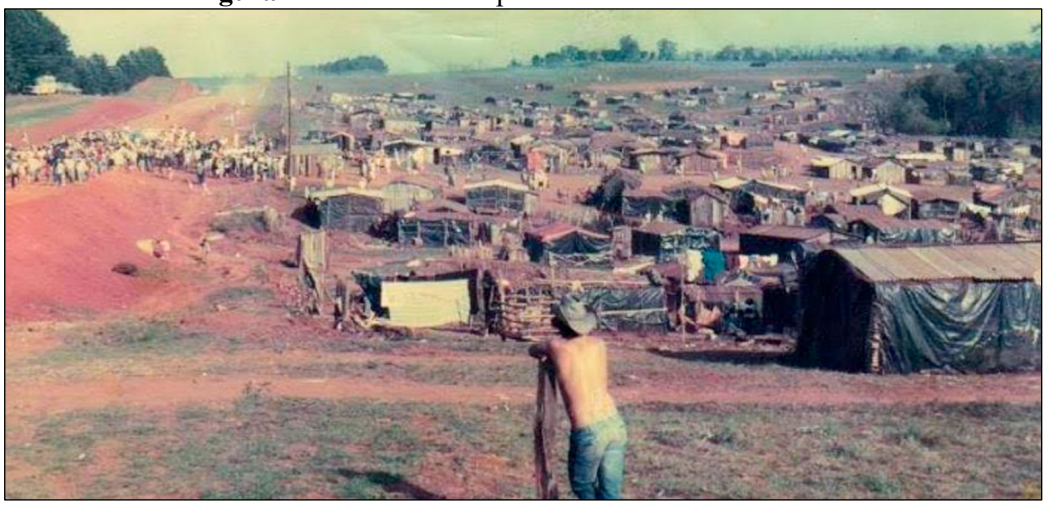
3.1 Assentamento Nossa Senhora Aparecida - Fazenda Annoni em Pontão/RS

O início dos anos 1980 marca a retomada da luta pela terra no Brasil, com destaque para as ocupações de latifúndios realizadas na Região Sul. Nesse contexto, no dia 29 de outubro de 1985, mais de sete mil trabalhadores sem-terra ocuparam a Fazenda Annoni (Figura 4), localizada no município de Pontão, norte do Estado do Rio Grande do Sul. Essa ocupação teve grande repercussão nas demais lutas em curso no país e fortaleceu o recém criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A Fazenda Annoni fazia parte de um dos maiores latifúndios existentes na região do planalto gaúcho, a Fazenda Sarandi, cuja área aproximada era de 120 mil hectares, distribuídos nos municípios gaúchos de Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Pontão e Coqueiros do Sul (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008). O icônico acampamento era composto por 9.800 hectares, onde foram assentadas 354 famílias, organizadas em sete comunidades rurais.

O Assentamento Nossa Senhora Aparecida, denominação dada ao acampamento Fazenda Annoni, é fruto de mobilização e organização social de meeiros(as), arrendatários(as), migrantes, agricultores(as) expulsos(as) das terras indígenas, assalariados(as) e pequenos(as) agricultores(as) sonhando em conquistar um pedaço de terra. A ocupação da Annoni foi a primeira ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que havia sido criado em 1984. Em 1986 são assentadas as primeiras famílias na Gleba do "Holandês", 14 anos após a desapropriação formal na Fazenda Annoni (DICKEL, 2017).

Figura 4 – Vista do acampamento na Fazenda Annoni



Fonte: Acervo da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF) (2017).

No assentamento Nossa Senhora Aparecida existe um número expressivo de famílias assentadas que mantém uma produção agroalimentar diversificada de frutas, hortaliças, arroz de sequeiro, feijão, carnes, etc., direcionada ao autoconsumo, e cultivam soja convencional ou produzem leite em maior escala.

Na área do assentamento foram constituidas duas cooperativas, a Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda (Cooperlat) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Cooptar). A Cooperlat recolhe e industrializa o leite produzido por 206 famílias assentadas associadas, que produzem aproximadamente 3,2 milhões de litros de leite por ano. Além disso, a cooperativa também compra dos(as) assentados(as) batata-doce, mandioca, entre outros produtos alimentares. Já a Cooptar possui um frigorífico para abate de bovinos e suínos e também opera uma agroindústria de embutidos de suínos.

3.2 O contexto socioeconômico das famílias assentadas na Área 9

Na Área 9 do assentamento Nossa Senhora Aparecida vivem 49 famílias que ocupam 38 lotes rurais, onde desenvolvem distintas atividades agropecuárias. As famílias residentes nesta área, ainda não possuem o titulo definitivo do lote rural, porém do momento da realização da pesquisa, algumas famílias estavam em processo de titulação.

Entre as famílias assentadas, a pesquisa identificou entre os entrevistados cerca de 38% dos respondentes apresentaram idades superiores a 65 anos (Tabela 1). Na sequência, com 30% são os(as) agricultores(as) que apresentam uma faixa etária entre 55 a 65 anos. E em terceiro lugar, com 11% os(as) assentados (as) com idades entre 35 a 45 anos.

Tabela 1 – Faixa etária dos(as) agricultores(as) pesquisados(as)

Faixa etária	Quantidade	Percentual (%)
Menos de 25 anos	2	5
25 a menos de 35 anos	3	8
35 a menos de 45 anos	4	11
45 a menos de 55 anos	3	8
55 a menos de 65 anos	11	30
65 anos ou mais	15	38
Total	**38**	**100,0**

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

A partir da identificação da idade dos(as) agricultores(as) entrevistados(as), a Tabela 2 apresenta a escolariedade dos(as) agricultores(as) pesquisados(as). Os dados revelam que cerca de 66% dos(as) agricultores(as) possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Logo, na sequência com 13% estão os(as) assentados(as) que concluíram o ensino fundamental e cerca de 8% dos(as) pesquisados(as) possuem o ensino médio técnico. E importante ainda destacar que ainda existem agricultores(as) não alfabetizados(as)(5%) mas que sabem ler e escrever.

Tabela 2 – Escolariedade dos(as) agricultores(as) pesquisados(as)

Escolariedade	Quantidade	Percentual (%)
Não-alfabetizado(a)	2	5
Ensino fundamental incompleto	25	66
Ensino fundamental completo	5	13
Ensino médio completo	2	5
Ensino técnico	3	8
Ensino superior	1	3
Total	**38**	**100,0**

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

Os dados sobre a escolaridade revelam uma baixa escolarização, apesar de haver cerca de 16% dos(as) agricultores(as) possuem ensino médio completo/técnico e nível superior. Provavelmente esse resultado na formação técnica se deva, em parte, ao Instituto Educar, instituição localizada na Área 9 que e responsável por cursos Técnico em Agroecologia e Agronomia.

De outro modo, a implementação de novas práticas agrícolas e agropecuárias tem sido acompanhada da injunção de conhecimentos técnicos provindos de atores externos às unidades de produção familiares. A crescente incorporação de tecnologias e conhecimentos gerados

externamente, tem acontecido sob a presença constante de técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários contratados pelas cooperativas agropecuárias e empresas fornecedoras de insumos agrícolas e pecuários. Além da assessoria proporcionada pelas cooperativas e empresas agropecuárias, outra forma pela qual chegam as informações e conhecimentos aos agricultores tem sido os meios de comunicação, especialmente as redes sociais, haja visto que 84% das unidades de produção possuem acesso a internet.

Entre os agricultores familiares que praticam atividades agrícolas e pecuárias na Área 9, é possível constatar que parte dos membros da família também desenvolvem outras funções pluriativas (Tabela 3).

Tabela 3 – Atuação dos(as) agricultores(as) pesquisados(as) em atividades pluriativas

Alternativas	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Sim	14	37
Não	20	53
Não se aplica	4	10
Total	**38**	**100,0**

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

Entre as famílias pesquisadas, em cerca de 37% delas algum membro exerce alguma atividade profissional fora da unidade de produção familiar. Entre as atividades exercidas estão a prestação de serviços domésticos, construção civil, auxiliar administrativo, agente de saúde, entre outras profissões que são desempenhadas na cidade de Pontão ou em outras cidades localizadas próxima ao assentamento.

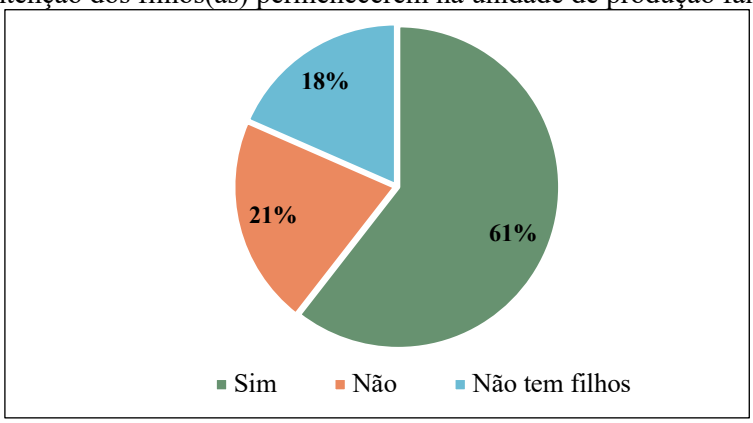
Esse fenômeno da pluriatividade foi abordado por Marsden (1993) citado por Schneider (2003). De acordo com Marsden a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais. Nestas, o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato.

Para Fuller (1990) citado por Schneider (2003, p. 97) como as unidades domésticas adotam diferentes padrões de atividade vai depender das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva familiar, da estrutura da família e suas mudanças ao longo do tempo. “A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar a realidade da agricultura, [...] maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra”.

Mattei (2000, p. 50) afirma que “o mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola”. Isso porque no espaço rural começam a ser desenvolvidas outras atividades que eram antes tipicamente urbanas. Para o autor, surge daí o agricultor pluriativo, que passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, visando complementar a sua renda e também gerar ocupação para os demais membros da família.

Contudo, entre as famílias pesquisadas, constatou-se conforme Figura 5, que os filhos e filhas dos agricultores (as) familiares desejam permanecer desenvolvendo as atividades no lote rural.

Figura 5 – Intenção dos filhos(as) permenecerem na unidade de produção familiar



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

Stuani, Neckel e Ficagna (2016) identificaram a percepção de jovens agricultores da cidade de Nova Araçá, Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, sobre a sua permanência no campo. Dentre os principais resultados encontrados pelos autores, os jovens agricultores que permaneciam em suas propriedades rurais disseram estar ali pelo fato de gostar da atividade rural, mesmo que muitos dos pais não incentivassem de forma direta a sua permanência.

Como forma de diminuir a evasão dos jovens do meio rural, Kocziceski (2007) sugere políticas de gestão pública, como a introdução da policultura, incentivo ao turismo rural para que se possa inserir o público feminino que reside no meio rural. Além disso, melhorar o nível educacional dos agricultores, através de sua qualificação profissional e também melhorar as condições nos processos de financiamentos fundiários.

As famílias assentadas na Área 9 possuem um lote rural com uma área que varia de 12,5 hectares até 21,0 hectares. E entre as atividades agropecuárias realizadas nas unidades de produção, constatou-se que parte da produção de alimentos para o autoconsumo as famílias consomem nas unidades de produção ou fazem doações para os familiares que residem nos espaços urbanos. Contudo, entre as atividades produtivas que são exercidads em maior escala, verificou-se que 100% do que é produzido é destinado a comercialização.

Dessa forma, a partir das informações levantadas confirma-se que a transformação do campesinato (ABRAMOVAY, 1992) não suprime a produção voltada para o autoconsumo das unidades de produção familiares (GRISA, 2007). Essa estratégia se faz presente e relevante para a reprodução social das formas familiares de produção. Pois, conforme evidencia Wanderley (2003), a terra, o trabalho e a família continuam sendo elementos associados a um ambiente social distinto no qual os mercados se revelam como arenas cada vez mais influentes nas lógicas produtiva, social, econômica e simbólica (GRISA, 2007) entre os agricultores familiares.

Entre as famílias assentadas, a pesquisa apurou que entre as principais atividades agroalimentares, a produção de leite *in natura* é desenvolvida por 37% unidades de produção (Tabela 4). No assentamento Nossa Senhora Aparecida esta localizada a Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda (Cooperlat) que atua na recepção, industrialização e comercialização de leite e derivados. A proximidade da Cooperlat às famílias assentadas representa uma vantagem competitiva em relação aos aspectos logísticos, no que se referem a coleta, a refrigeração e a qualidade final do produto *in natura.*

Entre as famílias assentadas, também foi constatado que uma unidade de produção familiar dedica-se a produção de hortaliças para atender a demanda dos mercados de proximidade e territoriais existentes em Pontão.

Tabela 4 – Principais produtos agroalimentares produzidos pelas famílias assentadas

Produtos agroalimentares	Quantidade	Percentual (%)
Leite	14	37
Soja	23	60
Hortaliças	1	3
Total	38	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

A soja, no entanto, é o principal produto cultivado em grande escala por 60% das unidades de produção familiares. As características edáficas e topográficas do solo permitem o cultivo desse produto em quase todas as unidades de produção familiares, sem despender de uma grande quantidade de mão de obra para desenvolver as atividades, assim como parte de algumas etapas do processo de cultivo podem ser terceirizados.

A reprodução socioeconômica das famílias assentadas no assentamento Nossa Senhora Aparecida, Área 9, está associada ao cultivo de alimentos para o autoconsumo, ao desenvolvimento de atividades pluriativas e à capacidade de adaptação dos sistemas produtivos à realidade sociotécnica do grupo familiar. Nesse sentido, muitas famílias têm investido na especialização da produção agroalimentar, visando aproveitar as infraestruturas de produção, aumentar a escala produtiva e otimizar o emprego de mão de obra nas unidades de produção familiares.

A produção de leite, soja e hortaliças produzida na Área 9 é comercializada para diferentes canais de comercialização como pode ser constatado na Tabela 5. Esses produtos de modo geral são ofertados em mercados do tipo territoriais e convencionais.

Entre os mercados acessados, 76% das unidades de produção comercializam os produtos identificados na Tabela 5 abaixo para cooperativas agroindustriais, intermediários e empresas privadas que atuam nos mercados do tipo convencionais. Esse tipo de mercado, segundo Schneider (2016) caracteriza-se pela venda de produtos, bens e mercadorias, orientando-se pela oferta e demanda comandadas por agentes privados. O campo de atuação desse tipo de espaço de intercâmbio abrange as esferas de distribuição e circulação em níveis nacionais e globais (SCHNEIDER, 2016). Ainda nestes espaços, os agricultores familiares acabam tendo pouca ou nenhuma governança sobre as condições de precificação e comercialização, haja vista a dinamicidade das trocas envolvendo o comércio de commodities, a exemplo da soja.

Tabela 5 – Principais canais de comercialização e tipo de mercados acessados

Canais de Comercialização	Quantidade	Percentual (%)	Tipo de Mercado
Cooperativas da Agricultura Familiar	9	24	**Territoriais**
Cooperativas agroindustriais	21	55	**Convencionais**
Intermediários / Atravessadores	1	3	
Empresas privadas	7	18	
Total	**38**	**100,0**	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

Os dados da pesquisa também revelam (Tabela 5) que 24% das famílias participam de mercados territoriais, ofertando a produção para cooperativas da agricultura familiar, em que a Cooperlat presente no assentamento exerce o poder de articulação da produção de leite dos(as) agricultores(as) familiares. Neste tipo de mercado de acordo com Schneider (2016) as trocas passam a ser monetizadas, e configura-se uma situação de intercâmbio cada vez mais orientada

pela oferta e demanda, que utiliza critérios qualitativos e indicadores quantitativos no intercambio. Porém, os agricultores que participam deste tipo de mercado possuem maior governaça sobre os processos de intercâmbio, haja vista que de acordo com Cruz e Schneider (2022) este tipo de mercado oferece um espaço concorrencial pautado pelos princípios de qualidade, preço, valor agregado e baseado ainda em relações interpessoais. Isto evidencia a importância desse tipo de mercado para a configuração de sistemas alimentares mais justos, inclusivos e sustentáveis.

4. Considerações Finais

Ao finalizar este estudo, que buscou apresentar o perfil socioeconômico produtivo dos agricultores(as) familiares assentados(as) da Área 9 do assentamento Nossa Senhora Aparecida, é possível concluir que as famílias ali residentes enfrentam desafios e oportunidades peculiares à sua atividade agropecuária. A falta de títulos definitivos dos lotes rurais, a predominância de uma baixa escolaridade entre os agricultores e a prática da pluriatividade refletem um cenário complexo, mas também revelam estratégias de adaptação e resiliência.

A presença crescente de conhecimentos técnicos externos, aliada à disponibilidade de acesso à internet, tem desempenhado um papel fundamental na modernização e na incorporação de novas práticas agrícolas. A pluriatividade, exercida pelos membros das famílias também evidencia uma busca por diversificação de renda e adaptabilidade econômica.

A produção agroalimentar, focada principalmente na produção de hortaliças e leite e soja, é direcionada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, sendo esta última predominantemente realizada por meio de cooperativas agroindustriais, empresas privadas e intermediários em mercados convencionais. No entanto, é importante destacar que uma parcela significativa das famílias também participa de mercados territoriais, onde têm maior governança sobre os processos de trocas econômicas, contribuindo para a configuração de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

Portanto, as estratégias adotadas pelas famílias assentadas na Área 9 refletem não apenas a busca pela sobrevivência econômica, mas também a valorização da terra, do trabalho e da família como elementos centrais para sua reprodução social. É necessário considerar esses aspectos ao pensar em políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no contexto rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 2, n. 4 Ago., p. 82–97, 2008. DOI: 10.14393/RCT2411828. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11828. Acesso em: 26 mar. 2024.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Assentamentos rurais:** A reforma agrária procura assegurar o acesso das famílias assentadas à terra, à infraestrutura e ao crédito. 2024. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais Acesso em: 28 mar. 2024.

BONAVIGO, E.; BAVARESCO, P. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. In: CARINI, J. J.; TEDESCO, J. C. **Conflitos agrários no Norte gaúcho: 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 31-50, v. 2.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO (CDHPF). **Annoni: uma história de resistência e luta pela democratização da terra,** 2017. Disponível em: https://cdhpf.org.br/artigos/2342/ Acesso em: 28 mar. 2024.

CRUZ, M. S. da; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 42, n. 1, p. 93–113, 2022. DOI:10.37370/raizes.2022.v42.769. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/769. Acesso em: 26 mar. 2024.

DEGGERONE, Z. A. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto Uruguai-RS:** um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba-RS. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232595. Acesso em: 15 Nov. 2023.

DICKEL, S. L. **Terras da Annoni:** entre a propriedade e a função social. Curitiba: Prismas, 2017.

FIGUEREDO, C.; DA SILVA, C. L. Política pública e reforma agrária: Uma análise dos principais indicadores da política de assentamentos rurais. **Revista Grifos**, v. 29, n. 48, p. 122-146, 2020.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C. DA COSTA. **Dinâmica Demográfica Rural na Região Central do Rio Grande do Sul:** Êxodo Seletivo e Masculinização. UFSM, Santa Maria - RS - Brasil. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/744 > Acesso em: 05 maio 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRISA, C. **A produção "pro gasto":** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

KOCZICESKI, S. L. **Sucessão na agricultura familiar:** Problemática social e desafios para a gestão pública em Paulo Bento/RS. 2007. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Administração, Unidade em Erechim, 2007. Disponível em: < https://www.sintape.org.br/wp-content/uploads/2016/03/SUCESSAO-NA-AGRICULTURA-FAMILIAR-Sucessao.pdf > Acesso em: 28 mar. 2024.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. DE . Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 777–805, jul. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/kJQ5zLtqDLYMCXqXgbyhswP/#. Acesso em: 27 mar. 2024.

MATTEI, L. A dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina nas décadas dos anos oitentas e noventas. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. da. (Ed.) **O novo rural brasileiro:** uma análise estadual: Sul, Sudeste, Centro-Oeste. v3. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

MEDEIROS, L. S. de. LEITE, S. P. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil.** Processos sociais e políticas públicas. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 1, 2009.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **Interpretações sobre o camponês e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.) **Construção de Mercados e Agricultura Familiar:** Desafios para o Desenvolvimento Rural. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 416p.

SCHNEIDER, Sergio; GAZZOLA, Marcio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. 1º Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t1l00020.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. Jovens Herdeiros: Uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá. In: **Encontro de estudo sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, 9., 2016, Passo Fundo. Disponível em: https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/335.pdf Acesso em: 28 mar. 2024.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.